

Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural

*Maps and heritage: cartography as identifying cultural heritage:
cartography as means of identifying cultural heritage*

ANA BETÂNIA S. P. MARTINS¹
CLAUDIA F. BAETA LEAL²

¹ Geógrafa e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Mestrado Profissional do Iphan. E-mail: anabetamb@yahoo.com.br

² Doutora em História Social pela UNICAMP, professora orientadora pelo Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural promovido pelo Iphan e servidora dessa instituição. E-mail: claudialeal@iphan.gov.br

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado sobre cartografia no âmbito da construção das práticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), notadamente as práticas ligadas ao desenvolvimento de ferramentas oficiais de identificação e conhecimento do patrimônio cultural brasileiro. A partir da análise dos usos da cartografia na identificação e caracterização dos fenômenos socioculturais – entre os quais, o patrimônio –, buscou-se compreender que conceitos de mapas e mapeamento as diretrizes dos inventários nacionais do Iphan utilizaram para orientar o emprego e a produção de mapas do patrimônio cultural com vistas à identificação de bens que o constituem. Com base na análise da bibliografia e das fontes primárias, identificaram-se duas abordagens de cartografia nessas diretrizes: de um lado, uma abordagem mais tecnicista da cartografia, que pretende melhor conhecer e analisar o espaço absoluto, procurando representar com precisão “matemática” a dimensão e a posição geográfica dos elementos sobre a superfície física ou terrestre; e, de outro, uma abordagem que entende os mapas não como o retrato da verdade precisa e objetiva, mas como uma construção social e simbólica. Identificaram-se também usos diversos dos mapas, para além da localização geral dos bens culturais: mapas como fonte histórica de conhecimento do sítio inventariado, como ilustração e como ferramenta de campo para levantamentos arquitetônicos e escolha de possíveis entrevistados. Percebeu-se a priorização de uma abordagem da cartografia tecnicista representada pela indicação de mapas da cartografia sistemática, mas com orientações que propiciariam o uso de outras perspectivas, como a cartografia temática e as metodologias participativas de mapeamento. Em nossa avaliação, esses resultados apontam para muitas possibilidades de um uso mais frequente e atento da cartografia nas ações voltadas para o conhecimento e debate sobre o patrimônio cultural em sua acepção mais contemporânea, a qual prima pelo debate interdisciplinar e pelo diálogo com a sociedade na busca do reconhecimento de suas referências culturais.

Palavras-chave: mapas, inventários, cartografia, patrimônio cultural.

Abstract: This paper results from my Master's thesis on cartography within preservation practices established by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan), especially the ones related to the development of official instruments for the identification and knowledge of Brazilian cultural heritage. Based on the analysis of cartography uses for the identification and characterization of sociocultural phenomena – heritage among them –, this study sought to understand which concepts of maps and mapping were applied in the guidelines of Iphan national inventories for using and making of cultural heritage maps, which aim at identifying cultural properties. Specific bibliographic references and primary sources pointed towards two cartographic approaches in such guidelines: on one side, a more technical perspective that claims to be more accurate in knowing and analyzing the absolute space and in representing the geographic dimension and position of the elements on earth's surface; on the other side, an approach that proposes maps not as a precise and objective truth, but as a social and symbolic construction.

Keywords: documentary heritage, personal archives, memory, archives.

INTRODUÇÃO

Propor uma discussão sobre patrimônio cultural e cartografia significa trazer à tona a importância da dimensão espacial dos fenômenos socioculturais e problematizar a necessidade de ferramentas que auxiliem a sua leitura em relação com o contexto geográfico.

Todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais constituímos as diferentes ciências sociais e suas especializações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais e as trajetórias pessoais, a produção e a cultura, o direito e a violência, o regime político e os movimentos sociais, a identidade nacional e o sistema mundial, todos estes conceitos têm uma textura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado pelo facto de os nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ela mas que, vemos agora, é a chave de compreensão das relações sociais de que se tece cada um destes conceitos. Sendo assim, o modo como imaginamos o real espacial pode vir a tornar-se na matriz das referências com que imaginamos todos os demais aspectos da realidade (SANTOS, 2002, p. 197).

Essa análise da “textura espacial, física e simbólica”, feita não por um cartógrafo ou geógrafo, mas pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, reforça a importância que as perspectivas da geografia e mesmo da cartografia vêm assumindo em campos variados do conhecimento. Afirma ainda a relevância das relações dos conceitos com o espaço – conceitos entre os quais poderíamos, sem dúvida, incluir o patrimônio.

O estudo do patrimônio cultural pressupõe entendê-lo a partir de sua condição histórica, cujas origens estão assentadas na formação dos Estados-Nação no ocidente, no século XIX, quando começam a se moldar as práticas de preservação dos bens culturais ligados à ideia de propriedade e herança e à própria imagem dos Estados-Nação (ABREU, 2007; ANDERSON, 2008; CHOAY, 2006; FUNARI; PELEGRINI, 2009). Por outro lado, as mudanças ocorridas nas práticas de preservação do patrimônio ao longo do tempo redirecionam as reflexões sobre essa temática na conjuntura atual, primando também por outras escalas de análise, como quando o patrimônio dialoga e serve ao reconhecimento de múltiplas identidades cujas referências culturais remetem ao pertencimento a outras unidades territoriais que não somente a ideia do nacional (CHUVA, 2011).

Essa visão também revela o caráter processual do patrimônio, pelo qual é possível perceber que o mesmo se constitui por meio de etapas que envolvem desde a identificação e seleção de bens culturais e a escolha da valorização de referências culturais até as ações de gestão e salvaguarda e de proteção destinadas em geral a bens que foram oficialmente reconhecidos como parte do patrimônio cultural brasileiro. Tendo em vista variações nos critérios que definem a seleção do conjunto de bens culturais que são considerados representativos de um grupo ou lugar, hoje se ressalta o compromisso com a promoção e a valorização da diversidade cultural brasileira, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Desse modo, a noção de patrimônio cultural toca também a questão do contexto espacial, já que todos os bens mantêm sua relação com o espaço – sejam eles bens definidos como de natureza material ou imaterial, que em geral são mais bem identificados quando têm por base uma boa contextualização espacial ou, como coloca Arantes, quando se realizam pesquisas em “configurações socioespaciais bem localizadas” (IPHAN, 2000, p. 33).

Entendemos os mapas como representações que podem nos auxiliar a ir além da posição geográfica dos bens culturais, “isto é, fazer mais que responder à questão ‘onde’ – papel fundamental da ‘base cartográfica’ para lastrear as representações temáticas. Eles podem dizer muito sobre os lugares, caracterizando-os” (MARTINELLI, 2010, p. 35). Nesse sentido, acredita-se que um uso que explore as possibilidades e limites dos mapas pode contribuir para destacar questões relativas à dimensão espacial do patrimônio cultural, sendo que essas contribuições dependem da abordagem de cartografia de que se lança mão nos processos de identificação e seleção dos bens do patrimônio cultural.

OBJETIVOS

Uma vez que os mapas são, entre os produtos cartográficos, os mais utilizados e conhecidos, inclusive entre os instrumentos de identificação do patrimônio cultural, é por meio da observação de seu lugar nesses instrumentos que buscaremos pinçar e discutir as abordagens de cartografia que são apropriadas pelo Iphan nos seus inventários nacionais.

Esta pesquisa procurou discutir especificamente o uso da cartografia junto aos instrumentos de identificação do instituto. Dedicou-se à análise dos manuais de

dois inventários nacionais, selecionados como instrumentos emblemáticos da instituição, tanto na consolidação do inventário como prática institucional, quanto na afirmação de novas tipologias e procedimentos de atribuição de valor, do processo de identificação e seleção do patrimônio cultural e do próprio uso da cartografia nesse contexto.

CONCEITOS E ABORDAGEN METODOLÓGICAS DE CARTOGRAFIA

Variadas são as formas de ver a cartografia, seja tendo em vista a diferença entre as disciplinas (ciências humanas, ciências físicas e engenharias), seja no âmbito de um mesmo campo do conhecimento, como demonstra a trajetória do uso da cartografia pela Geografia (ARCHELA, 2001; FONSECA, 2004; GIRARDI, 2011; MARTINELLI, 2010; MATIAS, 1996, 2001; SOUZA; KATUTA, 2001).

Em relação aos estudos e pesquisas sobre o tema da cultura, realizamos uma revisão bibliográfica de dissertações e artigos científicos que versam sobre o uso da cartografia como objeto e ferramenta para entender a cultura, e algumas experiências encontradas nos auxiliaram a ilustrar essa diversidade de metodologias que podem ser identificadas entre os instrumentos de conhecimento do patrimônio cultural do Iphan. Não é nosso objetivo, nem seria cabível para este artigo, realizar a descrição minuciosa, tipo a tipo, dos mapeamentos, mas, a partir das leituras, foi possível definir duas formas gerais de abordagem: de um lado, metodologias da cartografia que tratam a questão cultural a partir de uma mais técnica, na qual a produção cartográfica debruça-se na “captação” de dados do espaço físico e não inclui ou dialoga pouco com o usuário final; e outra abordagem que se propõe participativa, cujos mapeamentos culturais tentam aproximar o usuário e leitor de mapas do processo de produção e aquisição dos dados que serão lançados no mapa, considerando inclusive suas interpretações sobre os temas representados cartograficamente.

As abordagens técnicas têm alcançado cada vez mais excelência em precisão, e leva-se em consideração que são relevantes para muitos ramos de pesquisa, inclusive para o trabalho com o patrimônio cultural. Estão centradas, no entanto, no conhecimento técnico do profissional que produz e nas características das

tecnologias de mapeamento e nos materiais empregados (tipo de sensor, radar ou óptico, resolução das imagens de satélite etc.), restando pouco ou nenhum espaço para o diálogo com o público leigo em conhecimentos cartográficos. Esse posicionamento pode muitas vezes significar a desconsideração dos saberes e entendimentos de uma dada população no processo de identificação dos fenômenos socioculturais e de construção de mapas, o que coloca em xeque os resultados de um mapeamento quando se trata de trabalhos voltados para a participação social e afirmação de identidades e referências culturais que se fundamentam justamente na escuta e debate, como é o caso das ações de reconhecimento do patrimônio cultural.

Como exemplo de experiência desenvolvida utilizando uma abordagem centrada na técnica e aplicada claramente na área do patrimônio cultural, encontra-se o artigo de Lindon Fonseca Matias (2008), que tece considerações sobre as potencialidades da aplicação das geotecnologias para o mapeamento e análise especificamente do patrimônio arquitetônico urbano, cujo uso tem sido aproveitado para fins turísticos. Dentre as possibilidades, descreve os tipos de análise já utilizados corriqueiramente na área de estudos ambientais, como o uso de imagens de satélite de resolução espacial compatível para identificação de formas do uso do solo no sítio, a observação do próprio padrão de urbanização, a identificação de materiais de construção por sensoriamento remoto, e a geração de modelos digitais de terreno para análise do patrimônio arquitetônico sobre o relevo. O autor ressalta as amplas possibilidades de análise a partir da reunião dessas informações em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que permite prognósticos em relação à alteração da ambiência de bens tombados, diante, por exemplo, de intervenções/construções em sua vizinhança.

A atenção dada à dimensão espacial de fenômenos culturais tem conduzido cada vez mais não só à crítica aos usos ideológicos dos mapas e outros produtos cartográficos, conforme apontado por Harley (2009), mas principalmente tem indicado a necessidade do desenvolvimento de abordagens de construção de produtos cartográficos com forte caráter inclusivo, que relativizam o papel do cartógrafo no processo de comunicação cartográfica e defendem a participação dos usuários nos processos de produção de mapas.

Alguns fatores concorrem para o desenvolvimento dessas abordagens na atualidade. Por exemplo, a possibilidade de aproximação entre usuários e técnicos

ganha força, dada a difusão da cartografia e a facilidade de acesso às suas ferramentas computacionais nos dias de hoje, o que não era possível em um passado recente, quando a prática da cartografia exigia uma estrutura tecnológica em geral difícil de construir fora de centros de pesquisa especializada. A difusão das tecnologias e da internet diminuiu os custos para a disseminação das técnicas cartográficas, tornando esse recurso mais acessível. Esse novo contexto gera reflexões sobre os processos de produção de documentos cartográficos e indica que não precisam estar necessariamente restritos apenas a técnicos da área da cartografia, mas podem também ser realizados com a participação dos grupos sociais interessados na leitura, apropriação e uso de seu conteúdo (FERREIRA et al., 2008).

É o caso da abordagem da pesquisa de Andrade e Carneiro (2009), concebida no âmbito das atividades do Projeto Infraestrutura Geoespacial Nacional (PIGN), coordenado pelo IBGE e pela University of New Brunswick (UNB), que teve como objetivo apoiar o processo de mudança de referencial geodésico brasileiro³, identificando os impactos técnicos e sociais dessa mudança.

Paralelamente ao processo oficial de georreferenciamento e demarcação de terras do território quilombola Castainho, em Pernambuco, Andrade e Carneiro (2009) investigaram, em crianças e adultos da comunidade, qual a compreensão espacial que aqueles sujeitos tinham daquele processo, a partir da elaboração dos documentos cartográficos por meio da abordagem metodológica do mapeamento participativo. Um dos resultados observados foi a dificuldade inicial na leitura dos mapas de demarcação das terras. Essa questão indica que a cartografia “participativa” pode incluir o usuário sem demandar do mesmo um conhecimento específico de geoprocessamento/georreferenciamento; no entanto, ainda assim, persiste a necessidade de uma educação cartográfica básica para a interpretação dos

produtos cartográficos, assim como acesso à tecnologia pela comunidade para viabilização dos processos participativos. Os autores reforçaram ainda o interesse dos habitantes da comunidade Castainho pelo assunto, dada a importância daqueles produtos cartográficos participativos como instrumentos de fundamentação dos discursos para a luta de grupos sociais pelo acesso aos direitos fundamentais dos povos, como no caso da própria comunidade quilombola Castainho, que busca a regularização fundiária de seu território.

Nesse âmbito da cartografia participativa, destacam-se ainda os trabalhos realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), que vem proporcionando o reconhecimento de territórios de populações tradicionais de várias partes da região amazônica. Entre esses trabalhos destacam-se os realizados nos estados do Pará, Amazonas e Maranhão, com grupos identificados quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu etc., que promovem o ensino de técnicas de cartografia e participação ativa dos grupos nas pesquisas que visam à sistematização de informações sobre os respectivos territórios e publicação de fascículos com textos e produtos cartográficos, nos quais os grupos expressam sua visão sobre seus territórios, seus referenciais espaciais e problemas enfrentados do ponto de vista do conflito agrário, principalmente.

Sobre essas experiências, Acselrad (2008) reuniu diferentes visões, em geral críticas, sobre cartografia social, mas que também ressaltam aspectos interessantes das experiências brasileiras, nas quais os mapeamentos com participação direta da sociedade são instrumentos de resistência de grupos minoritários e estratégias recorrentes em relação às políticas públicas. Destacam-se aí os planos diretores e planos de manejo de unidades de conservação, que são documentos que têm contado com diferentes metodologias de mapeamentos participativos (Ibidem, p. 10).

Nesse sentido, em nossa concepção, pensar a cartografia na gestão pública, no caso aqui gestão do patrimônio cultural, deve considerar e, dependendo do objetivo das ações, mesmo priorizar essas abordagens que abrem espaço para o diálogo com a sociedade, viabilizando a instrumentalização de grupos sociais interessados no reconhecimento de suas identidades, lugares e bens culturais, para que dominem essa linguagem cartográfica. Por essa via, então, deverá haver contribuições diretas para a identificação e reconhecimento de diferenças culturais, levando-se em consideração a forma de leitura e interpretação da realidade dos próprios

3 Um referencial geodésico diz respeito a um sistema de coordenadas que toma por base modelos matemáticos da Terra e que, por outro lado, são a base para o cálculo do posicionamento preciso de elementos do território de um país ou região do globo. O Brasil já utilizou diferentes referenciais geodésicos, como o Sistema Geodésico Córrego Alegre na década de 1950; hoje, utiliza o SIRGAS 2000 (para maiores detalhes, veja a seção de Geodésia no site do IBGE: <http://ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default.shtm>).

grupos através da cartografia, em detrimento de abordagens exclusivamente técnicas.

É imbuído dessa visão que este estudo analisou as abordagens de produção de mapas que têm sido preferidas na aplicação dos instrumentos de identificação do Iphan, procurando compreender em que momentos os mapas são requeridos nas metodologias de inventários, que tipos de mapas são pensados para essa etapa de identificação do patrimônio, com que tipo de informações sobre o patrimônio espera-se que a cartografia contribua para a produção no contexto desse processo de identificação de bens.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DO USO DOS MAPAS NOS INVENTÁRIOS NACIONAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Considerando que nosso objetivo central foi analisar a cartografia no âmbito das práticas de preservação do Iphan, especificamente a análise do uso de mapas no contexto dos instrumentos de Inventários Nacionais de identificação e conhecimento do instituto, cabe apresentar tais instrumentos.

A pesquisa baseou-se na análise dos manuais do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), por serem inventários cujas metodologias foram amplamente trabalhadas em vários pontos do país, em relação aos demais, e por exemplificarem bem o uso de mapas. Os manuais das metodologias dos inventários, fontes privilegiadas neste estudo, são documentos técnicos eminentemente descritivos que reúnem as bases para sua elaboração, as diretrizes para aplicação dos instrumentos, e carregam, além das orientações para a execução dos procedimentos e etapas de trabalho, perspectivas sobre o patrimônio cultural e sobre a forma como os bens que o constituem devem ser identificados e registrados. Apesar de não serem documentos acadêmicos, antes voltados para uma aplicabilidade muito clara e para objetivos eminentemente técnicos, os manuais aqui analisados dialogam com conceitos comuns a estudos mais acadêmicos e se apropriam deles, tendo sido inclusive elaborados por profissionais que têm ou tiveram relação direta com universidades, seja lecionando ou participando de atividades de pós-graduação, mas que, em algum momento, também participaram das rotinas do Iphan.

Na análise de ambos os manuais dos inventários procurou-se caracterizar os campos das fichas e respectivas etapas de trabalho nas quais houve a requisição de uso de mapas. Nos debruçando sobre cada metodologia, procurou-se então compreender os temas e conteúdos sugeridos para uso/produção de mapas em cada inventário e as orientações para o uso dos produtos cartográficos, como na questão da localização do sítio e dos bens culturais.

O INBI-SU resulta da movimentação para a criação de um inventário unificado, que funcionaria como uma metodologia para ser aplicada em vários sítios urbanos do país com bens tombados. Sua elaboração remonta ao final da década de 1980 e se estendeu por vários anos até sua consolidação, no final da década de 1990. Um marco desse processo é o ano de 1989, quando houve o seminário “Inventários de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização de Dados”, a partir do qual se tomou a decisão de se concentrar esforços na realização de testes para o desenvolvimento daquela metodologia em alguns centros históricos, sendo Tiradentes, em Minas Gerais, a cidade-piloto principal (IPHAN, 2007, p. 15-22).

O INBI-SU tem por objetivo o conhecimento dos sítios históricos onde se localizam os bens tombados, sobre os quais o Iphan tinha pouca ou nenhuma informação sistematizada para embasar suas ações de proteção e gestão. É voltado ao entendimento da formação histórica e do desenvolvimento urbano dos sítios tombados, com foco no patrimônio arquitetônico (Ibidem p. 15-16). No tópico “Delimitação do objeto”, o manual deixa claro que a área a ser inventariada parte da área protegida legalmente através do tombamento, mas a pesquisa não precisa necessariamente se restringir a ela. Quanto à delimitação do recorte temporal do INBI-SU, há orientações claras: desde a fundação da cidade até a época do tombamento do sítio, quando a cidade é tratada como patrimônio cultural.

Quanto à organização geral das etapas do trabalho do inventário, o INBI-SU é dividido em pesquisa histórica e levantamento de campo, que inclui o levantamento arquitetônico e as entrevistas.

O outro inventário analisado foi o INRC, construído no lastro das contribuições dos projetos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 pelo Centro Nacional de Referências Culturais e a Fundação Nacional Pró-Memória, assim como a partir da experiência acumulada pelo próprio Iphan na organização de inventários anteriores, como o INBMI e o INBI-SU. O INRC

começou a ser desenhado em meados da década de 1990 e foi concluído no ano de 1999, sendo colocado em teste em 2000 na região do Museu Aberto do Descobrimento (Made), na Bahia, em função da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, promovida pelo Ministério da Cultura.

O desenvolvimento do INRC surgiu da necessidade de o Iphan dispor de uma metodologia de identificação de bens culturais que partisse da noção de referência cultural à memória e à identidade de grupos e possibilitasse o reconhecimento de “novos patrimônios”, isto é, de bens culturais de natureza diversificada, que destoassem do perfil consagrado de bens que até então eram protegidos pelo Iphan (bens “de pedra e cal”), conforme destaca Célia Corsino no texto de apresentação do manual desse inventário (IPHAN, 2000, p. 7-9).

De acordo com o manual, o objetivo principal desse inventário seria, portanto, “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade brasileira” (Ibidem, p. 23). Foi idealizado para ser realizado tanto em sítios urbanos tombados quanto em recortes espaciais que ainda não contassem com bens protegidos.

Quanto ao objeto, deve, necessariamente, ter como alvo das pesquisas categorias específicas criadas para a finalidade desse instrumento:

O delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:

1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
4. Espaços em que se produzem as práticas culturais. (Ibidem, p. 23)

Embora o INRC seja um instrumento voltado para a identificação, um dos principais resultados decorrentes da realização desses inventários no país, além da geração de dossiês de documentação sobre bens culturais, tem sido a indicação de bens inventariados à candidatura ao título de patrimônio cultural brasileiro, através do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial

(Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000). O registro de bens foi concebido pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) como uma ação de reconhecimento e proteção dos bens de natureza imaterial, visto que o recebimento do título implica o desenvolvimento de um plano de ações de salvaguarda.

No tocante à natureza dos bens, é importante esclarecer que, ainda que a apropriação desse inventário pela prática institucional tenha consolidado o uso do INRC justamente para a identificação de bens de natureza imaterial, o inventário não foi criado exclusivamente com esse objetivo e não se exclui a possibilidade de uso do inventário para identificação de bens chamados de natureza material, conforme destaca Célia Corsino (IPHAN, 2000, p. 8).

Quanto à organização geral das etapas do trabalho do inventário, o INRC é dividido em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação.

RESULTADOS

Em relação ao seu uso no contexto dos inventários analisados, INBI-SU e INRC, percebe-se que o uso da cartografia foi requerido pelas diretrizes dos manuais, entendidas como parte do contexto de elaboração dos dois instrumentos de identificação. A cartografia é lembrada principalmente nas fichas de inventário relacionadas ao conhecimento e/ou delimitação do sítio (e localidades, no caso do INRC) a ser inventariado, mas também aparece em outras etapas, tratando-se especificamente do caso do INBI-SU.

A cartografia sistemática apareceu como abordagem predominante nas orientações para o uso de mapas nos manuais de inventário, tanto no INBI-SU quanto no INRC. Em nosso ponto de vista, essa abordagem está coerente com a proposta central do INBI-SU, qual seja o conhecimento da forma urbana dos sítios tombados, que parte do detalhamento da forma e da métrica do espaço, coadunando também com a visão de espaço por ele cunhada.

No INRC, os mapas não são tratados como uma ferramenta central que de fato influencie na condução do objetivo central do inventário – identificação de referências e bens culturais. A contribuição e uso dos mapas de fato se destinam mais à etapa da delimitação do sítio onde os bens e manifestações serão inventariados. No INRC, o sítio deve ser amplamente conhecido em vários aspectos para além do cultural, e, por isso,

também se requer o uso de mapas temáticos relacionados a hidrografia, empreendimentos econômicos, áreas protegidas, vias de acesso, entre outros temas. No entanto, não fica claro como isso contribui para o entendimento do bem cultural em si, cuja dimensão espacial nem sempre é tratada como a mais relevante, excetuando-se aqui a categoria dos lugares.

Ainda sobre a utilização de mapas no INRC, percebe-se certa lacuna deixada pelo uso exclusivo da abordagem sistemática de cartografia, visto que a expectativa da pesquisa era de obter, devido à própria perspectiva do inventário – que se baseia fortemente na noção de referência cultural e nos dados passados pelos informantes entrevistados –, maior abertura para a visão do usuário no processo de cartografar o patrimônio cultural.

Além da abordagem sistemática, que coloca em primeiro lugar a função de localização e orientação da representação cartográfica, observaram-se também outras diretrizes para o uso de mapas – há uma indicação do mapa como ilustração figurando entre fontes bibliográficas a serem levantadas pela etapa da pesquisa histórica no INBI-SU, por exemplo. Mas o grande destaque desta pesquisa foi encontrar a perspectiva que vê a cartografia como linguagem e o mapa como fonte histórica, conforme observado no caso do manual do INBI-SU, o qual a inclui na etapa da pesquisa histórica e dispõe de orientações e indicações de locais para sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso ver, esta pesquisa fornece indícios que permitem reforçar a afirmativa de que a cartografia tem sido percebida e utilizada, no contexto dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural, em sua acepção mais tradicional, como Cartografia Geral ou Sistemática, e quase que exclusivamente como instrumento dos técnicos do instituto, notadamente os arquitetos, que precisam recorrer ao desenho técnico dos bens e suas áreas limítrofes, bem como áreas de entorno.

Em nossa avaliação, é preciso estar atento a outras abordagens que tenham nos mapas mais do que meras ilustrações pontuais dentro dos inventários com função única de localização na superfície, objetivo central da cartografia nos estudos de Engenharia e Geociências, mas que não se demonstra suficiente nos estudos e

ações voltadas para o patrimônio cultural em sua acepção mais contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos**. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007. v. 1. p. 263-287.

ACSELRAD, H. Introdução e 1º artigo. In: _____. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. 9-43.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, E.; CARNEIRO, A. F. T. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. **Boletim de Ciências Geodésicas**, Curitiba, v. 15, n. 3, p. 410-427, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/bcg/article/view/15506/10357>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

ARCHELA, R. S. Cartografia contemporânea e novas tecnologias. In: ARCHELA, R. S.; FRESCA, T. M.; SALVI, R. F. (Org.). **Novas Tecnologias**. Londrina: UEL, 2001. 41-56.

ARCHELA, R. S.; ARCHELA, E. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 161-170, 2002.

CHOAY, F. Monumento e Monumento Histórico. In: _____. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p. 11-29.

CHUVA, M. Entre vestígios do passado e interpretações da história – Introdução aos estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: _____. (Org.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CHUVA, M. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2011.

FERREIRA, A. C. S.; CARNEIRO, A. F. T.; PAIXÃO, S.; NICHOLS, S. Ciências Geodésicas num contexto social ampliado. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 2., 2008, Recife. **Anais...** Disponível em: <http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOII_CD/Organizado/cad/103.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia**: análise das discussões sobre o papel da Cartografia. 2004, 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: Iphan, 2006. p. 85-97. (Edições do Patrimônio)

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIRARDI, E. P. A construção de uma cartografia geográfica crítica. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, p.1-17, 2011. Disponível em <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2019/1918>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia**, v. 5, 2009.

Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em 02 de Março de 2013, às 00h:02m.

IPHAN. **Inventário Nacional de Bens Imóveis**, Sítios Urbanos Tombados INBI-SU – Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa – Manual de Preenchimento. Brasília: Iphan; Senado Federal, 2007.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais** – Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia temática**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATIAS, L. F. Geotecnologias e Patrimônio Arquitetônico: potencialidades no mapeamento e análise para fins turísticos. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-111.

MATIAS, L. F. **Por uma Cartografia Geográfica**: uma análise da representação gráfica na geografia. 1996, 310 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MATIAS, L. F. **Sistema de Informações Geográficas (SIG)**: teoria e método para representação do espaço geográfico. 2001, 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, B. S. **A crítica da Razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, J. G. de; KATUTA, Â. M. Geografia e conhecimentos cartográficos. In: _____. **A Cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: Unesp, 2001.